

2003, 2013, 2023: o que Clóvis Moura nos lega para pensar a rebelião popular no Brasil recente

2003, 2013, 2023: Clóvis Moura's legacy on thinking the popular rebellion in recent Brazil

Ygor Santos de SANTANA¹
Universidade de Brasília (UnB)

Resumo

Além dos vinte anos do falecimento de Clóvis Moura, 2023 também marca dez anos dos protestos de junho de 2013 e vinte anos da primeira presidência petista. O texto tece conexões entre esses eventos, pelo fio do pensamento de Clóvis Moura. O problema discutido concerne à contribuição moureana para complexificar as leituras sobre Junho de 2013 e o contexto atual, ao repor a centralidade da questão racial na constituição dos modos de produção e da estrutura social brasileira. A hipótese explorada é a de que há uma limitação constitutiva nas análises sobre Junho de 2013 que não consideram o papel estruturante do racismo na formação social brasileira e, mais de perto, no acirramento dos conflitos que culminaram nos protestos de massa daquele ano. Metodologicamente, revisam-se os conceitos moureanos de quilombagem e grupos diferenciados e específicos, e algumas interpretações sobre Junho de 2013, assim como dados socioeconômicos do período. Ao final, conclui-se que Junho de 2013 manifesta os limites de um projeto liberal de esquerda restrito a renegociar os mecanismos de barragem racial, nunca superá-los, e que, dez anos depois, é retomado, ignorando as contradições que ali explodiram e que voltam a se avolumar.

Palavras-chave: Quilombagem; Capitalismo dependente; Junho de 2013.

Abstract

Besides the twenty years of Clóvis Moura's death, 2023 also marks ten years of the June 2013 protests and twelve years of the first PT presidency. The text weaves connections between these events, through the thread of Clóvis Moura's thought. Its problem is the Mourean contribution to complexify the readings about June 2013 and the current context, by restoring the centrality of the racial issue in the constitution of the modes of production and social structure in Brazil. It explores the hypothesis of a constitutive limitation in the June 2013's

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (PPGD/UnB) – E-mail: yssantana76@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4085-0379>.

analyzes that ignore the structuring role of racism in Brazilian social formation and, more closely, in the intensification of conflicts that culminated in the mass protests of that year. Mourean concepts of quilombagem and differentiated and specific groups are reviewed, as well as some interpretations about June 2013. In the end, it is concluded that June 2013 manifests the limits of a liberal leftwing project restricted to renegotiating the mechanisms of racial barrage, never overcoming them, and which, ten years later, is resumed, ignoring the contradictions that exploded then and that are growing again.

Keywords: *Quilombagem*; Dependent Capitalism; June 2013.

Introdução

O ano de 2023 marca o aniversário de três eventos importantes para a compreensão do Brasil. Indo de volta no tempo, neste ano completam-se dez anos de Junho de 2013, os protestos que abalaram o país e em torno dos quais têm se reacendido as disputas, nunca realmente apagadas, a respeito de suas causas e dos seus efeitos para os rumos da luta de classes brasileira nos anos subsequentes. O ano de 2023 também marca os vinte anos do falecimento de Clóvis Moura, pensador do Brasil cujas contribuições – amplas, variadas e profundas – revolucionaram o pensamento social brasileiro, ao reposicionarem o negro enquanto sujeito político das transformações sociais brasileiras. Este é, ainda, o ano de aniversário de vinte anos do início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, primeira vez em que a presidência do Brasil foi ocupada por um partido de esquerda, por alguém vindo da classe trabalhadora, mas que inaugurou um modelo de conciliação de classes, caracterizado pela criação e implementação de importantes políticas públicas e pela concomitante proteção dos interesses da burguesia nacional e do imperialismo. Um modelo que não encara a contradição fundamental da sociedade brasileira. Antes, ignora-a e aprofunda-a. Nele é que diversos estudos vão apontar as raízes das tensões que escalaram e desembocaram em Junho de 2013.

Quando falo que a teoria do Brasil de Clóvis Moura é revolucionária, não estou exagerando. Ao contrário, penso que ainda estamos, enquanto intelectuais, militantes e sociedade em geral, longe de reconhecer suficientemente o quão fundamental é a sua obra para pensar a formação e os rumos da luta de classes nesse país, e para forjar uma práxis que a dinamize rumo à sua transformação radical.

2003, 2013, 2023

Este texto, então, propõe-se a pensar um pouco sobre as conexões teórico-políticas entre esses eventos. Mais de perto, o problema que se propõe a discutir refere-se a como o pensamento de Clóvis Moura ajuda a produzir uma interpretação sobre Junho de 2013 que, de um lado, reposiciona os eventos que levaram à sua emergência e ao seu declínio, bem como, de outro, ajuda a pensar e disputar os rumos da rebelião popular em 2023, dez anos após junho e no início de um novo governo Lula, que abertamente se esforça em reeditar o pacto de conciliação de classes, agora, com o tempero venenoso da austeridade fiscal, além da ampliação das privatizações e a continuação inquestionada – ao menos, jamais efetivamente – do genocídio da população negra, pilar estruturante da formação econômica, política e social brasileira. Como problema que abre múltiplos ângulos de ataque, meu objetivo é apontar como o pensamento moureano contribui para complexificar as leituras sobre Junho de 2013, ao repor a questão racial, fundamental na constituição dos modos de produção e da estrutura social brasileiros, como elemento indispensável à compreensão do seu acontecimento, de suas causas e do contexto atual, assim como para intervir nele.

Alinho-me, nesse sentido, às perspectivas que interpretam os eventos de Junho de 2013 como protestos que, se iniciados desde uma demanda específica – a carestia e a precariedade do transporte público e dos serviços públicos em geral – rapidamente dinamizam-se em direção a uma desidentificação mais ampla em relação à estrutura política-institucional posta e que, então, passa a ser disputada à esquerda e à direita, saindo esta última vitoriosa, diante das limitações constitutivas da perspectiva liberal de esquerda, encabeçada pelo PT, que se sobressaiu durante os eventos. Alinho-me, portanto, à perspectiva da própria presidenta Dilma Rousseff (2023), que, dez anos depois, reanalisou os eventos e assinalou os limites das respostas do governo petista que liderava, o qual jamais enfrentou “[...] um problema crônico, até hoje não resolvido: o baixo grau de educação política, organização e mobilização das forças populares” (ROUSSEFF, 2023, p. 8).

Ainda, aproximo-me de perspectivas como a de Altman (2023) e Safatle (2023), que retomam as contradições materiais da luta de classes e os limites do conciliacionismo petista, para compreender as causas e os efeitos de Junho de 2013. Contudo, proponho um diálogo crítico com Clóvis Moura (2019; 2021), a fim de explorar a hipótese de que, mesmo aí, escapa um aspecto fundamental na compreensão teórico-política brasileira, capaz de complexificar suas interpretações: o sujeito político fundamental do Brasil é o negro. O

racismo é elemento constitutivo da estrutura de classes brasileira. Portanto, a rebelião negra é elemento indispensável à compreensão desses eventos. Ademais, junto com Jones Manoel (2023a), oponho-me às perspectivas que leem Junho de 2013 como mera manifestação de guerra híbrida, por ignorarem a agência política da classe trabalhadora brasileira e que a ação imperialista é elemento estruturante da luta de classes latino-americana – e nos demais países colonizados².

Postas as suas premissas teóricas, este trabalho divide-se em três seções. Na primeira, discutiremos alguns conceitos trabalhados por Clóvis Moura e que podem ajudar a compreender o contexto recente de rebelião popular no país. Na segunda, retomaremos algumas das interpretações sobre as causas e rumos de Junho de 2013, assim como dados que as embasam. Na terceira, por sua vez, analisaremos como o pensamento moureano ajuda a ampliar o alcance dessas interpretações e a pensar como, no aniversário da conciliação de classes, o terceiro governo Lula relaciona-se com as contradições que levaram a Junho de 2013 e que permanecem não resolvidas.

1. Chaves para pensar a rebelião negra brasileira: quilombagem, grupos específicos e diferenciados

Nesta seção, retomo alguns conceitos desenvolvidos por Clóvis Moura para pensar a rebelião negra e o seu papel na dinamização da luta de classes brasileira. O objetivo é estabelecer uma base teórica para ampliar o alcance das interpretações de Junho de 2013, que abordaremos na sequência.

Nesse sentido, a quilombagem refere-se ao movimento histórico contínuo de rebeldia que os próprios escravizados organizaram e lideraram, ao longo de toda a duração do modo de produção escravista e por todo o território nacional (MOURA, 1992; 2019; 2020b). Para além da existência individual de cada quilombo, insurreição e guerrilha, a quilombagem remete à contínua proliferação das diversas formas de manifestação da rebelião negra ao longo de toda a duração temporal e geográfica do escravismo, apesar e contra todas as técnicas de repressão

² Recomendo fortemente a leitura dos artigos de Jones Manoel (2023a), Vladimir Safatle (2023) e Breno Altman (2023) que desenvolvem as insuficiências dessa perspectiva. Uma crítica desde a obra de Clóvis Moura ainda está por ser articulada, mas acredito que todo o seu percurso intelectual ajuda a perceber que a ação imperialista é elemento inseparável da formação social dos países colonizados. Especialmente, indico a leitura de *História do negro brasileiro*, *Sociologia do negro brasileiro* e *Rebeliões da Senzala* (MOURA, 1992; 2019; 2020b).

e controle criadas e aplicadas pela classe senhorial. Assim, os negros rebelados constituíram uma força de desgaste permanente daquele modo de produção, dinamizando as forças sociais no sentido de sua destruição e da implementação do trabalho livre. É uma negação radical ao escravismo, como a revolta organizada, caso das Revoltas dos Malês na Bahia, entre 1807 e 1835, e a guerrilha quilombola, praticada com grande êxito em Sergipe.

“[...] Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo” (MOURA, 2020a, p. 25), seja por sua proliferação incessante, seja porque os quilombos materializavam uma negação radical social, econômica, política, cultural e, inclusive, ontológica do escravismo, ao mesmo tempo em que materializavam um espaço outro em que todos esses aspectos eram reorganizados por uma lógica totalmente outra, em que a cor da pele não era utilizada como marca de um processo de hierarquização subjetiva e social, nem a produção era apropriada inteiramente por um pequeno grupo de senhores e orientada para abastecer centros de poder externos. O quilombo, portanto, materializa uma negação coletiva, organizada e radical do modo de produção escravista. A radicalidade dessa negação resulta da própria radicalidade com que o escravismo submetia a população negra, em todos os aspectos de sua existência, negando o seu próprio estatuto de humano, ao transformá-la em mercadoria e, assim, alienar-lhe completamente de toda a riqueza que produzia – mais ainda, aliená-la de si. Por conseguinte, a quilombagem era elemento indispensável da reivindicação ontológica, econômica, política e cultural da subjetividade da população negra, de seu sentido de si e de sua agência. O quilombola “era, portanto, um ser para si no nível em que se reconhecia e se reencontrava na negação dessa ordem” (MOURA, 2001, p. 104, grifos no original).

O pensamento moureano, portanto, repõe os conflitos ocorridos durante o escravismo como luta de classes. Ao apontar a reivindicação do quilombola como “ser para si”, o autor dialoga com os conceitos de classe em si e classe para si, do materialismo histórico-dialético. A classe em si refere-se ao estágio em que a classe social simplesmente existe na estrutura social, apenas é objeto social. Ela, porém, transforma-se em classe para si ao reconhecer a posição que ocupa dentro do antagonismo de classes, reivindica essa posição e age, coletivamente, no sentido de dinamizar esse conflito na direção da destruição do modo de produção existente e da criação de um modo de produção em que ela deixe de ser oprimida.

Os quilombos, nesse sentido, são apontados como espaços de construção da classe para si porque, ainda que não possuíssem programas políticos definidos, eles materializavam

a negação radical do escravismo e a construção de um modo de produção e de uma sociabilidade não baseadas na escravização e na economia de miséria e exportação praticada nos engenhos (MOURA, 2001; 2019; 2020a; 2020b). O trabalho de Clóvis Moura, portanto, desmonta as visões romantizadas da escravidão, ao explicitar que se tratava de um modo de produção baseado na brutal exploração do trabalho da população negra e na completa expropriação da riqueza por ela produzida. É dizer, analisa as rebeliões quilombolas como luta de classes, à medida em que explica e centraliza o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, para pensar o seu potencial de desestabilização do sistema de exploração posto, mesmo quando levantava-se sem um programa político bem definido. Essa perspectiva, como veremos, é fundamental para aprofundarmos a interpretação sobre a formação e os rumos de Junho de 2013.

A partir desses dois conceitos da dialética materialista – classe em si e classe para si –, Clóvis Moura (2019; 2021) desenvolve os de grupos diferenciados e grupos específicos. Grupos diferenciados são aqueles que, em uma sociedade de classes, além de explorados economicamente, são diferenciados *por* outros, a partir de uma *marca* que possuam, transformada pelas classes dominantes em sinal de uma posição diferenciada, de aceitação ou rejeição, segundo os seus valores.

Por sua vez, a noção de grupos específicos desloca a abordagem para a perspectiva do próprio grupo, antes diferenciado, mas que passa a reconhecer o processo de diferenciação a que está submetido e o conjunto de características – físicas, culturais, religiosas – que compõem a marca definida como elemento diferenciador pelas classes dominantes. O grupo, então, reconhece a sua própria especificidade, que deixa de ser apenas utilizada como elemento diferenciador por outros, para ser reivindicada pelo próprio grupo, que elabora valores parciais para reafirmá-la positivamente, seja pela criação de valores, seja pela rearticulação de passados.

Nas sociedades de capitalismo dependente, fundadas pelo colonialismo escravista, esse processo é intrínseco à formação de sua classe trabalhadora, que será composta por grupos que, além de expropriados dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, serão rotulados como diferentes, segundo os sentidos dominantes de positivo e negativo produzidos e circulados pelas classes dominantes, que elaboram múltiplos mecanismos de barragem contra esses grupos, de modo a impedir a sua participação no mercado de trabalho

e, mais ainda, a sua mobilidade vertical coletiva. Ou seja, trata-se de manter os grupos diferenciados nas posições mais marginalizadas, barrar seu acesso ao mercado de trabalho, impor-lhes a fome e as formas mais precarizadas de sustento, para conservar à classe dominante não apenas o seu poder socioeconômico, mas a composição de aparência física, valores culturais e religiosos considerados superiores e adequados aos sentidos dominantes do que significa ser humano. Nessa situação, os grupos diferenciados precisam constituir-se específicos, para resistir às barragens sociais que procuram marginalizá-los, além de desenvolverem uma ideologia de classe, mais abrangente, que situe esse processo de diferenciação no conjunto das relações de exploração socioeconômica que submetem os vários grupos integrantes do proletariado.

Tal é a posição do negro na sociedade brasileira, que se deparou, desde o escravismo, com uma tentativa de não apenas explorá-lo, mas de destruir os seus padrões culturais africanos, a fim de destruir completamente a sua humanidade. Por conta disso, como aponta Clóvis Moura (2019; 2021), a população negra brasileira tem se organizado, desde os navios negreiros, para rearticular os seus padrões culturais, recuperando valores de África e criando novos, para reivindicar a sua condição humana. Assim, “os grupos sociais *específicos* negros foram criados pelos escravos durante todo o transcurso do regime escravista, e pelo negro livre após a abolição até os nossos dias” (MOURA, 2021, p. 265). Durante o escravismo, mesmo quando não fugiam, as pessoas negras organizavam diversos tipos de grupos, religiosos ou de lazer, como as irmandades e confrarias, para suportar a brutalidade do sistema escravista e reivindicar a sua humanidade, a partir de seus valores culturais específicos.

O capitalismo dependente que sucede o escravismo é estruturado por meio de uma série de mecanismos de barragem à integração da população negra no mercado de trabalho livre e à sua mobilidade social vertical massiva. Assim é a importação de mão-de-obra europeia, calcada em mitos como o de que o trabalhador branco europeu seria o ideal, disciplinado, de bons costumes, realizaria trabalho de melhor qualidade, enquanto o negro seria o signo do atraso econômico brasileiro, de maus costumes e inadequado para o trabalho livre.

Clóvis Moura e Lélia Gonzalez (2018) convergem nessa análise, porque, como nos ensina essa grande pensadora do Brasil, o capitalismo brasileiro constitui uma unidade

contraditória de modos de exploração do trabalho capitalistas e pré-capitalistas, na qual a diferenciação criada a partir da *raça* desempenha um importante papel na submissão das pessoas negras a uma marginalização tão extrema que lhes nega sequer o papel de exército industrial de reserva e as joga, mais propriamente, na situação de *massa marginal*, que muito dificilmente será incorporada ao mercado de trabalho e, como tal, é considerada completamente descartável, submetida às formas mais degradantes de sobrevivência e ao risco constante de morte nas mãos das diversas agências da violência de Estado.

Nesse quadro, composto por diversas linhas que promovem a sua marginalização incessante no capitalismo dependente brasileiro, a população negra brasileira precisa organizar-se continuamente em grupos culturais e religiosos, para reafirmar os seus valores e defender-se contra esse processo. Contemporaneamente, como veremos, os mecanismos de barragem racial continuam em funcionamento, ainda que os termos da marginalidade tenham sido deslocados, mas o processo de precarização das relações de trabalho e de barragem à mobilidade social vertical coletiva continuam a atuar para imobilizar os setores mais pobres da classe trabalhadora, precisamente aqueles constituídos majoritariamente pela população negra – um dado que não se pode perder de vista para entender bem as contradições que explodem em Junho de 2013.

As classes dominantes brancas, por sua vez, toleram a formação desses grupos, enquanto funcionem como espaços apartados de socialização da comunidade negra e, assim, mantenham brancos os espaços culturais, religiosos e políticos dominantes. Contudo, diante do antagonismo estruturante da sociedade capitalista, os grupos específicos passam eventualmente a atuar para tentar dismantlar os mecanismos de compressão racial. Emerge, então, uma ruptura das classes dominantes, que exercem sua superioridade econômica, política e social, para pôr em movimento um processo de degenerescência ideológica desses grupos, por meio de diversos mecanismos que fazem penetrar os valores dominantes brancos no interior desses grupos, para desarticular o seu potencial organizativo. Clóvis Moura (2019; 2021) denomina esse processo de “branqueamento ideológico”, em que esses grupos tendem a perder a sua especificidade e voltarem a ser apenas diferenciados.

Esse processo de branqueamento não ocorre sem disputas. Embora, tendencialmente, os grupos tendam ao branqueamento ideológico diante dos mecanismos dismantladores de sua especificidade articulados pelas classes dominantes, determinados elementos percebem

esse processo, opõem-se a ele e podem acabar fundando novos grupos específicos, o que reinicia a tensão dialética com a sociedade abrangente. Além disso, alguns de seus membros podem ter desenvolvido, a partir da organização em grupos específicos negros, uma compreensão de que a diferenciação é parte de uma contradição mais profunda e geral que submete diversos grupos à posição de classe trabalhadora.

[...] Passam, então, a interpretar a sua marca como sendo uma racionalização criada pelos estratos superiores ‘brancos’ e deliberantes, com o objetivo de conservar os membros desses grupos específicos negros sob controle. Mas aí ele não se sente mais só, e, por isto, com necessidade de organizar-se separadamente. Uma força social muito mais forte aparece diante de si, para dinamizar a sociedade: a classe oprimida a que o membro de cada grupo específico pertence. Então, ele consegue adquirir consciência dinâmica e operacional da sua posição na sociedade competitiva, e passa a funcionar em um nível organizacional e ideológico mais elevado (MOURA, 2021, p. 329).

Nesse sentido, existe uma luta em torno dos sentidos em que se encaminharão os grupos específicos negros. Como explica Clóvis Moura (2019; 2021), seu elemento organizativo centra-se em contradições parciais e isso dificulta que, enquanto grupo, ele assumira uma ideologia dinâmico-radical, o que o expõe ao risco do branqueamento ideológico promovido pelas classes dominantes brancas³. Contudo, o seu potencial organizativo contribui para que seus membros, individualmente, percebam a contradição fundamental da qual faz parte o processo de diferenciação e, então, passem a se organizar como classe, constituindo uma práxis radical, que incorpora as lutas dos diversos grupos diferenciados que compõem a classe trabalhadora e a dinamiza na direção da transformação radical da sociedade.

Essa recuperação da discussão moureana sobre quilombagem e grupos específicos e diferenciados foi breve e, inevitavelmente, incompleta. Ainda assim, nos limites deste artigo, ajuda-nos a ampliar o alcance de nossa compreensão sobre Junho de 2013.

2. Junho de 2013 e os limites do liberalismo de esquerda

³ Clóvis Moura (2019; 2021) analisa o processo de degeneração ideológica das escolas de samba, como exemplo de branqueamento de um grupo específico que volta a ser apenas diferenciado. Além disso, pensa como as necessidades materiais de defesa contra o processo de diferenciação produzem rearticulações nas religiões de matriz africana, que vão se construindo em conformidade com as demandas das populações negras brasileiras, em um contexto de marginalização extrema.

Como assinalado no início, os debates sobre os sentidos de Junho de 2013 nunca cessaram realmente e, neste aniversário de dez anos, têm ganhado novo fôlego, ante a necessidade de pensar as contradições que explodiram naqueles protestos massivos, os erros do campo da esquerda liberal, que ocupava o governo, na sua condução, bem como os seus efeitos, o que resta daquelas contradições e quais rumos elas podem tomar hoje, dez anos depois. Retomarei alguns elementos analíticos, especialmente aqueles que privilegiam a dinâmica da luta de classes e os limites da proposta petista de conciliação de classes, sua incapacidade de dinamizá-los na direção da radicalidade.

Aqui, é importante a avaliação de Dilma Rousseff (2023), que rejeita o simplismo das explicações que reduzem Junho de 2013 a mera manifestação da guerra híbrida, um tipo de explicação que desconsidera a agência da classe trabalhadora, a reduz a mera marionete do imperialismo e desconsidera as contradições concretas que sua revolta pôs em jogo, assim como o papel do governo ao falhar em encará-las efetivamente. Nessa linha, a presidenta nomina Junho de 2013 como “uma duríssima disputa, entre dois grandes blocos que se confrontam pelo destino de nosso país” (ROUSSEFF, 2023, p. 7) e que passaram a disputar os rumos da revolta que então estourara.

Segundo caracteriza, de um lado, estavam “frações hegemônicas e as elites internas e de seus sócios internacionais” (Idem), interessadas em maximizar o lucro e minimizar os riscos de seus negócios e, para tanto, buscavam obter apoio massivo para uma agenda de desregulamentação, privatizações e desmantelamento de direitos sociais. De outro, estava o campo que assumira o governo em 2003 e que “[...] dera início a um difícil processo de mudança do modelo econômico, no interior de um sistema político construído para impedir que as classes trabalhadoras e seus partidos formassem maioria no parlamento e nas demais instituições” (ROUSSEFF, 2023, p. 7-8). Para Dilma, a tensão que marca os protestos está situada entre demandas iniciais progressistas por “[...] serviços públicos melhores e mais baratos”, mas que são direcionadas pelas forças conservadoras, que exercem sua superioridade econômica, “contra o governo, trocando as aspirações originais por um difuso e fabricado discurso contra a corrupção” (ROUSSEFF, 2023, p. 8).

A burguesia e seus representantes, portanto, na avaliação da presidenta, atuaram para fazer degenerar ideologicamente os protestos que se massificavam, ou seja, para tensioná-los na direção de não avançar em direção a reivindicações de transformação das estruturas de

poder, antes de sua conservação, pelo rebaixamento para pautas vagas de anticorrupção, corrupção esta que passara a ser identificada inteiramente ao PT. Sobre esse processo de degeneração ideológica dos movimentos que ameaçam as classes dominantes, retomei acima alguns elementos analíticos trabalhados por Clóvis Moura (2019; 2021), no caso dos grupos específicos negros. Voltarei a eles mais adiante, de modo a aprofundar essa discussão sobre as disputas pelos rumos de Junho de 2013. Resta, ainda, saber como as forças de esquerda que ocupavam o governo lidaram com a massificação dos protestos.

Altman (2023) converge com o apontamento de que a massificação dos protestos surpreendeu estudiosos e, também, militantes que deles participaram. Por sua vez, esse autor retoma dados do IBGE que registravam, naquele momento, o crescimento do PIB, a queda do desemprego, o controle da inflação e o crescimento da renda média da população ocupada, de tal sorte que considera equivocado entender Junho de 2013 como deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, embora aponte os índices que revelavam a queda da participação da indústria no PIB, em um processo de desindustrialização que implicou a transferência da geração de empregos para a construção civil, o comércio e os serviços, onde tendencialmente há menores salários e maior precarização do trabalho.

Ao pensar as contradições que desembocaram nos protestos, Altman (2023) relembra que o PT se afastara do programa reformista defendido nas décadas de 1980 e 1990. Nessas décadas, o programa político petista defendia reformas estruturais para desmontar a concentração de riqueza da burguesia, assim como uma reforma tributária progressiva, o controle dos fluxos financeiros e a distribuição da propriedade. O objetivo era beneficiar os mais pobres, as classes médias e a pequena burguesia. Contudo, os governos do PT rebaixaram sua ação política a remanejar o orçamento, mas sem jamais desafiar a concentração financeira e fundiária do país. Nesses moldes, e em um contexto internacional favorável – com o aumento do preço dos produtos primários exportados pelo Brasil –, o PT conseguiu implementar programas de redistribuição de renda importantes sem atacar a burguesia brasileira, nem os interesses imperialistas.

Ao mesmo tempo, na compreensão de Altman (2023), essa situação produziu uma sensação de desamparo nas classes médias, que se viram comprimidas por uma carga tributária elevada, da qual não percebiam benefícios diretos, uma vez que, de um lado, não se beneficiavam das políticas de redistribuição de renda, voltadas aos mais pobres, e, de outro,

viam as taxas de lucro da burguesia elevarem-se, sem que isso implicasse qualquer melhoria nas suas vidas. Ao contrário, eram confrontadas por um aumento da inflação, com uma elevação do Índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) de 26,44% entre 2010 e 2013 e os alugueis tendo subido 45,54%. Dentre outros dados, o autor aponta a elevação do preço do trabalho de empregadas domésticas em 56,18%. Em sua leitura, à percepção de desamparo econômico articulava-se um pânico social matizado pelo racismo, provocado pela sensação de perda da exclusividade de acesso a determinados espaços, como universidades e aeroportos, nos quais pessoas negras passaram a transitar, assim como pela maior dificuldade de contratar o trabalho doméstico, “ pilar existencial das camadas médias” (ALTMAN, 2023, p. 95).
Conclui que

O mal-estar das camadas médias, nos idos de 2013, encontrava-se escondido nos desvãos dos números macroeconômicos. Qualquer elemento de tensão poderia ter servido de gatilho para a onda de protestos. Calhou de ser o preço do transporte porque afetava um contingente expressivo de pessoas, especialmente mais jovens e disponíveis, assustados diante de como nem sequer cursar o ensino superior servia de garantia para escapar de empregos precários e com baixa remuneração, em uma economia aceleradamente dominada pelo setor de comércios e serviços (ALTMAN, 2023, p. 95).

Na perspectiva desse autor, a conciliação de classes petista produziu um mal-estar entre as classes médias, principais prejudicadas por esse modelo – seja diante do real aumento do seu custo de vida, seja por seus pânicos morais e raciais. Teriam vindo a engrossar as fileiras dos protestos inicialmente pequenos e liderados por uma vanguarda organizada do Movimento Passe Livre, no caso de São Paulo. Esse pânico moral e racial, como será discutido na próxima seção, está centralmente ligado às dinâmicas racistas de formação de uma classe trabalhadora branca para substituir a população negra após a abolição formal da escravidão

Contudo, adverte Safatle (2023, p. 103) que “[...] as narrativas que procuram vincular 2013 a uma sedição das classes médias não se sustenta (*sic*). Classe média não faz nem lidera greve. Essas foram greves de setores espoliados e que entenderam que o projeto de ascensão social do lulismo havia se esgotado”. 2013, aliás, foi o ano com o maior número de greves desde o fim da ditadura empresarial-militar – início da série histórica –, sendo o ápice de uma crescente desde 2010. Um elemento que as particulariza é que frequentemente eram organizadas de forma autônoma em relação aos sindicatos das categorias, como nas greves

dos garis e dos bombeiros, já no início de 2013. Isto apontava para um sintoma de desidentificação entre os trabalhadores, que desejavam expor sua indignação e sua precariedade, e suas estruturas de “representação”, que eram vistas como aliadas de um governo limitado a gerir a paralisia social.

A classe trabalhadora viu-se diante de um horizonte limitado a preservar e gerir a pobreza relativa. É dizer, a governamentalidade petista tem um de seus elementos constitutivos na redução da miséria absoluta, mas articulada à manutenção de um nível de sofrimento social, à medida em que, se, por um lado, as pessoas saíam da extrema pobreza, permaneciam distantes dos padrões de realização material, que se encareciam com o crescimento econômico e, conseqüentemente, permaneciam inacessíveis pela ampla maioria da classe trabalhadora. Um elemento que ajuda a visualizar essa manutenção da pobreza relativa é o dado de que 93% dos empregos criados durante a década de 2003 a 2013 tinha a remuneração de apenas até um salário mínimo e meio; em 2014, 97,5% dos empregos criados caíam nessa faixa. Assim, a gestão petista reduzia a miséria absoluta, mas mantinha a pobreza relativa e produzia o sofrimento social, com a impossibilidade de realização dos padrões de desejos e a precariedade dos empregos criados.

Nota-se, portanto, que Safatle (2023) confronta e amplia o alcance da formulação de Altman (2023), ao demonstrar que o efeito fundamental dos “desvãos macroeconômicos” dos governos petistas não têm seu sintoma fundamental no mal-estar da classe média, mas na ação de uma governamentalidade que deixa de pautar qualquer transformação estrutural da posição das classes trabalhadoras e rebaixa o seu horizonte a uma possível saída da miséria, mas mantida sempre na pobreza, na frustração de seus desejos. Existia, pois, um desejo de radicalidade que partia da classe trabalhadora, que é, afinal, a classe fundamental na contradição do capitalismo dependente brasileiro.

Há ainda outro elemento necessário à compreensão do contexto de Junho de 2013. É que “[...] o século XXI nasceu a partir de uma sequência insurrecional mundial que articulou Sul e Norte em uma ressonância de descontentamentos sociais ligados ao impacto do aumento da pauperização e das dinâmicas de concentração provocadas pelo neoliberalismo” (SAFATLE, 2023, p. 99). Realmente, o que caracteriza o começo do século XXI é a proliferação de uma sequência de revoltas pelo mundo⁴, que começam nos países da periferia

⁴ “Occupy, Plaza del Sol, Istambul, Brasil, França (*gilets jaunes*), Tel-Aviv, Santiago: esses são apenas alguns dos lugares nos quais esse processo se instalou” (SAFATLE, 2023, p. 102).

do capitalismo e são compostas sobretudo por amplos contingentes populacionais que foram – e continuam a ser – alvos de um processo de aumento cada vez maior da pobreza, perda de direitos sociais e, por outro lado, uma concentração cada vez maior de capital. Nesse contexto de massificação da pobreza, essas revoltas acontecem quase que simultaneamente e, em geral, iniciam a partir de questões específicas, que desencadeiam protestos nos quais articulam-se “revoltas micropolíticas”, a saber, rearticulações das potencialidades dos corpos, e “desidentificação com as macroestruturas”. Esta segunda característica salienta como esses protestos buscam não um atendimento dentro das vias institucionais postas, mas contra essas instituições, diante de uma compreensão do esgotamento de suas possibilidades de representação e ação política transformadora real. As massas levantam-se como “força destituente”.

No entanto, é importante para os que procuram preservar o sistema de paralisia próprio à nossa situação atual que essa dinâmica mundial não seja identificada, que as insurreições apareçam como revoltas esparsas e sem continuidade, que a recusa à representação política que elas muitas vezes veiculam sejam compreendidas como regressões antipolíticas cujo horizonte natural de incorporação seriam os “populismos”: termo cuja vagueza analítica esconde sua real estratégia política. Estratégia essa que consiste em nos fazer crer que toda e qualquer vontade de sair dos limites da democracia liberal só pode ser expressão de regressões políticas potencialmente autoritárias e afetivamente irracionais. (SAFATLE, 2023, p. 100).

Assim, Junho de 2013 insere-se em uma sequência insurrecional mundial iniciada na periferia do sistema-mundo capitalista e que se volta contra um padrão de governamentalidade que amplia a pobreza e a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que nega qualquer horizonte político para além dos limites da democracia liberal e da manutenção da pobreza relativa, com alguns programas sociais, mas sem qualquer possibilidade de transformação social, econômica e política. Por essa razão, a negação da conexão entre esses levantes é um elemento fundamental para essa governamentalidade neoliberal, de modo a apresentá-los como movimentos sem sentido político.

Do contrário, reconhecer-se-ia a artificialidade e a violência desse horizonte político de gestão da miséria e da luta de classes, para que seus sentidos sejam sempre apenas de conflitos sociais por direitos a serem atendidos dentro da democracia liberal. Fora dela, haveria apenas “populismo”, irracionalidade, porque a única racionalidade possível seria a

neoliberal, que se converte em norma, sobretudo a partir dos anos 1990, após a derrota do bloco socialista internacional.

Esse apagamento discursivo e negação do sentido político possibilita a rotulação dos protestos como crime, como perigo social e que, como tal, demanda uma resposta estatal repressiva, de modo a preservar a normalidade. Ou seja, a regular movimentação da democracia liberal. Para além dessa localização de Junho de 2013 na sequência insurrecional mundial que inaugura o século XXI, é importante situar o seu acontecimento na longa sequência insurrecional que desafia e expõe os limites dos sistemas de poder do Brasil e que dinamizam as forças sociais no sentido de se preservarem contra o processo de marginalização constante e de lutarem para superarem-no.

No Brasil, verificou-se essa articulação entre negação do sentido político e consequente criminalização e brutalidade policial. As manifestações em São Paulo, relativamente pequenas até o dia 13, foram rotuladas como manifestações de vandalismo, contra as quais o então governador Geraldo Alckmin, então do PSDB, ameaçou escalar a violência da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o que se concretizou em cenas de violência policial extremas, notadamente nos dias 11 e 13, após os quais os protestos massificaram-se, e espalharam-se por todo o país (ALTMAN, 2023).

Vale notar que, à época, o prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, do PT, longe de acolher as manifestações e reduzir o preço das tarifas do transporte público, viajou com o governador a Paris e, junto a ele, endossou a ação violenta da polícia contra os ditos vândalos. O então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pôs a Força de Segurança Nacional à disposição dos governadores que desejassem utilizá-la contra os “vândalos”. Dez anos atrás, já se anunciava uma aliança para conservar a democracia liberal contra a possibilidade de sua ruptura.

Nesse sentido, diante da revolta popular, o campo que liderava as forças de esquerda brasileiras e que ocupava tanto a prefeitura paulistana, quanto o Governo Federal, demonstrou seus limites e sua “incapacidade de tentar criar hegemonia dentro de processos populares de rua, de ultrapassar o momento e impor uma pauta ainda mais avançada e ousada de questões” (SAFATLE, 2023, p. 107). Ao contrário, atuou como defensor da ordem, reafirmou a governamentalidade neoliberal, rotulando como vandalismo os protestos, negando o seu sentido político e endossando a repressão policial. É uma “governamentalidade de guerra”,

como denomina Safatle (2023), em referência a essa conjugação entre desmantelamento de direitos e apagamento de qualquer perspectiva revolucionária, que rebaixa o horizonte a uma imobilizante gestão da miséria e da violência de Estado, fora da qual a alternativa seria o risco constante de uma ascensão conservadora.

Embora conformada nos termos contemporâneos na fase neoliberal do modo de produção capitalista, é importante considerar que, nos territórios vitimados pela invasão colonial, a governamentalidade de guerra tem na questão racial um elemento central. A obra de Clóvis Moura, como aponte, traz elementos centrais para pensar esse modo de governo constituído pela violência contra amplos grupos populacionais, o que, no Brasil, historicamente se deu pela necessidade de as classes dominantes brancas submeterem a população negra aos níveis mais precarizados de sobrevivência.

Esse apagamento de uma gramática revolucionária, combinado à repressão policial, apresentou os movimentos de revolta como eventos isolados, sem sentido político e fadados ao fracasso. Nesse quadro, a esquerda liberal apresenta-se como mera gestora do modo de produção que estrutura a sociedade capitalista dependente, atuando para desarmar a luta de classes, que é incapaz de liderar na direção revolucionária, e para apresentar como única alternativa o risco de uma ascensão da extrema direita. É uma lógica que apresenta o capitalismo como único horizonte possível, no máximo, com mais representação.

As demandas por superação do racismo, do machismo, da LGBTQIAP+fobia e de outras formas de produção da diferença, em que se sustenta o capitalismo dependente brasileiro, são reduzidas a demandas por inclusão de alguns elementos desses grupos diferenciados nas estruturas representacionais desse sistema. A superação da diferenciação, da opressão e da exploração jamais é posta em questão, com uma esquerda que naturaliza os valores da sociedade abrangente e desmonta a radicalidade das lutas dos diversos grupos da classe trabalhadora e, portanto, atua como força diferenciadora, se pensarmos com Clóvis Moura (2019; 2021).

3. Pensar Junho de 2013 com Clóvis Moura

Assinaladas as contradições em que Junho de 2013 se formou e os limites da esquerda institucional diante da rebelião popular, quero propor algumas pontes analíticas entre o

pensamento de Clóvis Moura, sobretudo a partir das categorias discutidas na primeira seção, e as interpretações sobre esses eventos retomadas acima. A ideia é ampliar o alcance dessas interpretações, ao pensar como o caráter constitutivamente racista do capitalismo dependente brasileiro é indispensável para compreender as causas e o que resta dos protestos de junho de 2013.

Como visto, Altman (2023) caracteriza Junho de 2013 como um movimento que se massifica pela participação da classe média, movida pelas perdas de poder econômico e social sentidas por ela. Entre elas, o encarecimento do preço para contratar empregadas domésticas, “pilar existencial das camadas médias” (ALTMAN, 2023, p. 95).

Clóvis Moura (2019; 2020b; 2021) e Lélia Gonzalez (2018) ajudam a aprofundar a compreensão desse pânico social da classe média. Retomo aqui o que aponte na primeira seção: a estruturação do capitalismo brasileiro remonta não apenas à acumulação de riqueza produzida ao longo de quase 400 anos de escravidão que lhe precedem, mas na absoluta negação da participação da população negra escravizada nessa riqueza que ela mesma produzia e na articulação de uma série de mecanismos de barragem racial contra o negro no mercado de trabalho livre. É dizer, a nascente burguesia agiu para produzir um trabalhador branco europeu. O negro passou a ser identificado como imprestável para o trabalho livre e, em uma inversão perversa, culpabilizado pelo subdesenvolvimento do país. O atraso tecnológico do país foi jogado sobre as costas marcadas da população negra, rotulada como inadequada para técnicas de produção mais avançadas, não sobre o modo de produção que a transformou em objeto descartável, em que era preferível traficar pessoas a investir em aprimoramento produtivo.

Nesse quadro, a população negra historicamente foi marginalizada e relegada à posição de massa marginal, dificilmente incorporada ao mercado de trabalho livre e qualificado, obrigada a suportar as formas mais degradantes de sobrevivência, juntamente com a perseguição policial constante. Consequentemente, ao considerar-se o papel estruturante que o racismo desempenha na formação dos grupos que compõem a classe média, entendida como aquela plenamente integrada ao mercado de trabalho livre, é possível inferir que o pânico de não poder contratar uma empregada doméstica resulta da desestabilização do componente de classe, raça e gênero que compõem o sentido de ser classe média. Afinal, a transformação em mercadoria das pessoas negras e, particularmente da mulher negra, fez com

que se naturalizasse a sua subordinação ao cuidado mal remunerado de famílias brancas de classe média (GONZALEZ, 2018; MOURA, 2019; 2020b; 2021).

Altman (2023) não oferece um conceito fechado do que seria a classe média, mesmo porque não há um consenso sobre o que a caracterizaria, se apenas elementos financeiros, ou, ainda, de reconhecimento social, tanto pelos outros, como por si, ao reivindicar-se enquanto tal (Salata, 2015). Isso importa, pois, além dos pânicos raciais, há outro elemento identificado como parte do desalento da classe média, mas que se refere a um setor social de proveniência muito diversa: a frustração das expectativas daquelas pessoas que conseguiram acessar a universidade pela primeira vez após a expansão do ensino superior promovida pelas gestões petistas, apenas para descobrirem que nem mesmo a qualificação formal transformaria a condição de precariedade a que sempre estiveram submetidas, por gerações. Aqui, o caso não é o de pessoas historicamente identificadas com a classe média, mas de pessoas que se formaram e continuaram barradas dessa posição.

Nesse caso, o que entra em jogo não é o ressentimento de classe, mas a frustração das expectativas de uma geração de jovens, majoritariamente negros e pobres, que se, por um lado, saiu da miséria absoluta, continuou marginalizada, com empregos inferiores à sua qualificação e baixos salários. Safatle (2023) aprofunda a interpretação desse elemento, ao apontar nele um sintoma da gestão do imobilismo social que caracteriza a governamentalidade neoliberal. Ainda quando realizado por partidos da esquerda liberal, o horizonte político posto é o de alguma melhoria social, mas nunca a superação da marginalização.

Essa gestão do imobilismo encontra, no Brasil, uma longa trajetória de mecanismos de barragem racial, que estruturam o capitalismo dependente e racista brasileiro, a fim de garantir a subalternidade e a marginalização da população negra após a abolição, bem como impedir a sua mobilidade social vertical coletiva (MOURA, 2019; 2021). O pensamento moureano, portanto, contribui para reposicionar a etapa neoliberal do capitalismo no contexto concreto de sua materialidade colonial e racista brasileira. Nessa linha, a frustração dessa geração é a da promessa de ruptura com o sistema de imobilismo historicamente articulado nesse projeto de país, mas que se mantém, ainda que em termos renegociados, com políticas mitigadoras da miséria, mas que continuam a relegar a juventude pobre, preta e periférica a uma posição de segunda ordem na participação social.

Nesse sentido, as análises de Clóvis Moura sobre as táticas das classes dominantes brancas para conter a rebelião negra aprofundam a nossa compreensão da centralidade da guerra na governamentalidade neoliberal, que se junta a um elemento constitutivo do projeto dominante de Brasil: o racismo. É ele que autoriza e põe em movimento uma guerra permanente, e que articula fundamentos variados para realizá-la, contra as populações marcadas como menos humanas – tanto no nível dos discursos, quanto das práticas.

Afinal, a negação do sentido político tem sido articulada desde que a escravidão foi imposta neste território, porque desde aquele momento iniciou-se também a rebelião negra. Era, então, necessário, apresentar aquelas lutas como irracionalismo, selvageria, criminalidade, para, assim, rotular os quilombolas como criminosos e persegui-los. Os quilombos, por sua vez, eram definidos como espaços de criminalidade, um “valhacouto de bandidos”, como a própria República de Palmares foi rotulada, para negar o sentido político que produzia e a possibilidade de uma outra sociedade, de um outro Brasil que nela se materializava (MOURA 2019; 2020a; 2020b).

Desde Clóvis Moura, também se compreende Junho de 2013 como parte não apenas das revoltas da periferia capitalista do século XXI, como aponta Safatle (2023). Ampliando essa interpretação importante, há que se notar que o negro brasileiro, ao longo de toda a sua trajetória, tem se rebelado contra os modos de produção que o exploram e o oprimem. É dizer, para além do contexto global, Junho de 2013 localiza-se em uma longa trajetória nacional de revoltas, que buscam destruir o imobilismo social – que, mais recentemente, passou a ser gerido por uma força liberal de esquerda.

Ademais, a rebelião negra brasileira liga, também, reconfiguração micropolítica e desidentificação macroestrutural. No caso da quilombagem, a passagem do escravizado ao estágio do quilombola é desencadeada por demandas diretamente ligadas à negação da transformação de seus corpos em mercadorias ao mesmo tempo em que socializava sua revolta, materializada no quilombo, não para buscar ser atendido pelas estruturas de poder vigentes, mas para reivindicar sua humanidade fora e contra elas, ao entender que, nelas, jamais poderia ser considerado humano.

No capitalismo dependente, essa articulação também pode ser verificada, na formação dos grupos específicos negros. Neles, a população negra reconhece o processo de diferenciação a que é submetida e elabora valores parciais para reivindicar a especificidade de

sua marca étnica e reafirmá-la positivamente contra os valores da sociedade abrangente. Nesse processo, os grupos específicos negros materializam um espaço em que as pessoas negras adquirem um estatuto diverso daquele que lhes impõe a sociedade de classes e passam a ser valorizadas e reconhecidas enquanto sujeitos (MOURA, 2019; 2020a, 2020b, 2021).

Além disso, a intermitência dialética entre diferenciação e especificação ajuda a compreender os rumos que tomou Junho de 2013. Como apontei anteriormente, Clóvis Moura (2019; 2021) explica que a sociedade abrangente convive até certo ponto com os grupos específicos negros, à medida em que eles proveem um espaço de socialização apartado. Contudo, eventualmente, esses grupos podem questionar os mecanismos de barganha racial – a exemplo do início das escolas de samba carioca, que desafiavam abertamente a marginalização social e geográfica no Rio de Janeiro.

Atinge-se, então, um ponto de ruptura e a classe dominante procurará impor os valores dominantes na sociedade capitalista e racista abrangente no interior desses grupos, para que eles degenerem e voltem a ser meros grupos diferenciados. Promovem, pois, o *branqueamento* ideológico desses grupos, seja por meio da repressão direta, seja pela institucionalização⁵, seja, ainda, pela disputa dos sentidos de um movimento, para que ele deixe de questionar a estrutura da sociedade abrangente e passe a organizar-se segundo os seus valores.

Nessa linha, a entrada de movimentos ideológicos conservadores na disputa dos sentidos de Junho de 2013 (ALTMAN, 2023; MONTEIRO, 2023; ROUSSEFF, 2023; SAFATLE, 2023) pode ser lida como uma tática de *branqueamento* do movimento. Afastá-lo do desafio ao imobilismo social e à lógica de guerra a que está submetida a classe trabalhadora e reduzi-lo a um clamor genérico e moralizante contra a corrupção, identificada ao PT, para reafirmar pautas neoliberais, que reforçariam a mesma governamentalidade imobilizante e violenta

Reconheço que Junho de 2013 não era um grupo estável, nem tampouco um protesto liderado exclusivamente pela população negra. A leitura da tentativa de *branqueá-lo*, de fazê-lo degenerar ideologicamente, porém, parece-me válida, quando se considera que o *branqueamento*, como trabalhado por Clóvis Moura (2019; 2021), concerne à penetração dos valores dominantes no seio de grupos e movimentos que poderiam romper com o sistema de

⁵ Ver os estudos de Clóvis Moura (2019; 2021) sobre o branqueamento do Candomblé, da Umbanda e, nos grupos específicos de lazer, das escolas de samba cariocas.

poder imposto. No caso do Brasil, a classe dominante – e os seus valores – pretende-se branca, daí branqueamento. Ademais, quando se leva em conta que as pautas dos transportes, da saúde, da educação, da moradia, além das lutas contra a guerra às drogas, o encarceramento em massa e a violência policial, atingem, sobretudo, a população proletarizada, que tem seus estratos mais subalternizados compostos majoritariamente por pessoas negras, compreende-se que a possibilidade de transformação manifesta em Junho de 2013 é indissociavelmente uma transformação das relações raciais deste país.

O potencial de ruptura que Junho de 2013 manifestara não existiria se ele não passasse pelas demandas que afetam a população negra, parte fundamental das camadas mais precarizadas da classe trabalhadora. Era, portanto, necessário dismantelar esse potencial, transcrever o movimento em uma direção conservadora, reacionária, que reforçasse as estruturas de poder vigentes, por um apelo a pautas cada vez mais neoliberais. Não por acaso, de Junho de 2013 participaram nomes que se tornariam lideranças negras importantes, como aponta Paula Nunes (2023). Por outro lado, dali também se formariam elementos dos movimentos fascistas que se fortaleceriam posteriormente.

Palavras finais

Incapaz de reconhecer o esgotamento do modelo democrático liberal manifestado em Junho de 2013 e de dinamizá-lo na direção de uma transformação radical da realidade, a esquerda liberal limitou-se ao papel de força conservadora do modelo político estabelecido, o que levou à sua derrota. Fortalecida saiu a extrema direita, que capturou esse esgotamento entre diversos grupos populacionais e os dinamizaram na direção de uma ruptura reacionária, em busca de alguma transformação pela radicalização dos aspectos mais violentos das estruturas econômico-políticas do país – abre-se aí um leque de pautas conservadoras que ganham apoio de massas, como privatizações, recrudescimento da violência penal, pânico morais em torno de gênero e raça, dentre outros.

Dez anos depois, a esquerda liberal, novamente representada por um governo petista, retorna à Presidência da República, em uma frente com diversas forças conservadoras, inclusive, muitas das quais apoiaram o Golpe de 2016. Assim, em uma posição não mais de força propositiva/reformista, mas apenas como “gestora do pânico social” representado pelo

risco sempre presente de retorno da extrema-direita. O medo é o afeto central dessa política da esquerda liberal (SAFATLE, 2023).

O espectro da extrema direita assoma-se, ante um governo de esquerda que insiste no pacto de sustentação da democracia liberal, recrudescer a austeridade e a privatização de direitos sociais e, inclusive, do sistema prisional (BRASIL, 2023)⁶. A esquerda liberal gere o pânico social e ignora as contradições que desembocaram em junho de 2013, na linha de conservar a democracia liberal. Uma “postura suicida”, como bem adverte não apenas Safatle (2023), mas também Dilma Rousseff (2023), que aponta a gravidade de deixar que o “sentimento antissistema” seja novamente capturado pela extrema direita, que segue, com força de massas, dinamizando o conflito na direção de rupturas reacionárias e fascistas.

20 anos depois de nos deixar, Clóvis Moura segue indispensável para pensar a história e as lutas sociais brasileiras, não apenas em sua longa duração histórica, mas, também, em seu acontecimento presente. Seu pensamento arma-nos para pensar como as contradições de Junho de 2013 são expressões da formação social, econômica e política do capitalismo dependente e racista deste país, assentado na acumulação obtida ao longo de quase 400 anos de escravismo e de uma articulação perversamente complexa entre exploração econômica e processos de diferenciação, desde a qual produzem-se os sentidos do ideal de ser humano, e, por conseguinte, apresentam como natural a marginalização da população negra, rotulada como o oposto desse ideal e, como tal, destinada às mais brutais formas de exploração e opressão. É ela o sujeito fundamental da classe trabalhadora e, sabendo disso, as classes dominantes preocuparam-se em branquear, degenerar ideologicamente as possíveis rupturas que Junho de 2013 assinalou. Ele ajuda-nos a entender como, dez anos depois, a esquerda liberal insiste em dismantelar a luta política, aprofundando as condições que marginalizam e matam a classe trabalhadora, fundamentalmente negra. Clóvis Moura ajuda-nos a entender o risco de explosão de uma nova rebelião de massas e de um novo branqueamento.

Além de original, o pensamento moureano é generoso, ao continuar fundamental para uma práxis radical. 20 anos após a sua partida, ainda não se insistiu o suficiente: sem Clóvis Moura, não há como pensar o Brasil.

⁶ Para uma discussão aprofundada sobre o modo pelo qual o governo federal está operando a privatização dos presídios, recomendo a discussão realizada por Jones Manoel (2023b): Neoliberalismo e privatização de presídios – YouTube.

Referências

- ALTMAN, Breno. **Ruas em transe**: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. Junho de 2013: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 84-95.
- BRASIL. **Decreto 11.498**: altera o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, para dispor sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais. Brasília, 2023.
- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- KONCHINSKI, Vinicius. **Com arcabouço aprovado, governo busca saídas para arrecadar R\$ 162 bi e cumprir meta em 2024**. Brasil de Fato. 24. ago. 2023. Disponível em Com arcabouço aprovado, governo busca saídas para arrecadar R\$ | Geral (brasildefato.com.br). Acesso em 04.09.2023.
- MANOEL, Jones. **Junho de 2013 e a guerra híbrida**: o leninismo contra a idealização da conspiração. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. Junho de 2013: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023a. p. 61-71.
- MANOEL, Jones. **Neoliberalismo e privatização de presídios**. Brasil, 2023b. Disponível em Neoliberalismo e privatização de presídios - YouTube. Acesso em 04.09.2023.
- MONTEIRO, Lucas. A premência do transporte. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-35.
- MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**, Maceió. Maceió: Edufal, 2001. p. 103-115.
- MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?**. 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras negras).

NUNES, Paula. Sobre Junho de 2013 e o movimento negro brasileiro contemporâneo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 37-47.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 7-9.

SAFATLE, Vladimir. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 97-110.

SALATA, André Ricardo. **Quem é classe média no Brasil?** Um estudo sobre identidades de classe. Dados, v. 58, p. 111-149, 2015.

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.